Cada caixa ou cunhete deve ter escrito a vermelho as indicações «Explosivo» e «Perigoso».

Artigo 61.º O transporte de explosivos das categorias I, II e III pode ser feito no convés, num local afastado dos alojamentos, bem vigiado e defendido, quanto possível, das elevações da temperatura e da humidade.

Artigo 62.º O transporte nos porões só pode ser feito quando os explosivos sejam separados por grupos isolados das outras mercadorias.

Quando a quantidade de explosivos a transportar exceda 50 quilogramas deverá ser construído um paiol facilmente alagável por meio de válvulas de fundo ou de encanamentos em comunicação com as bombas.

§ único. Para as mercadorias da classe I não é exigido que os paióis sejam alagáveis.

Artigo 63.º Os paióis a que se refere o artigo anterior devem ser, tanto quanto possível, construídos numa cobertura e serão facilmente acessíveis.

Os paióis podem ser construídos com anteparas de ferro, de aço ou de madeira, mas no caso de serem transportados explosivos pulverulentos haverá sempre um fôrro interior de madeira.

Os paióis devem ser convenientemente ventilados.

Artigo 64.º Quando um navio transporte exclusivamente explosivos, será proibido à tripulação o uso de fósforos e só será permitido fumar em certos pontos do navio, afastados das escotilhas.

As bombas de incêndio devem estar prontas a servir e serão experimentadas a todas as rendições dos quartos.

Artigo 65.º Os explosivos da categoria IV (fulminantes) devem ser transportados em caixas ou cunhetes duplos, com interposição de serradura ou aparas de madeira em quantidade suficiente para amortecer os choques.

A substância fulminante deve estar convenientemente immobilizada de modo a evitar atritos. Tratando-se de cápsulas detonantes ou detonadores devem usar-se no seu transporte caixas metálicas, contendo os detonadores devidamente isolados entre si e immobilizados por meio de serradura ou de uma substância análoga.

Estas caixas serão protegidas pela dupla caixa de madeira acima indicada.

Artigo 66.º O peso máximo de cada embalagem não pode exceder 20 quilogramas (líquidos) para as substâncias do grupo 1.º (explosivos a base de cloratos). Para as substâncias do grupo 2.º (fulminantes propriamente ditos) não deve ser transportada em cada embalagem uma quantidade de fulminato de mercúrio superior a 200 gramas.

Artigo 67.º As substâncias da categoria IV só podem ser transportadas no convés, em paióis, em local afastado dos alojamentos e preservado quanto possível das elevações de temperatura e da humidade.

Cada embalagem deve ser transportada no seu compartimento, convenientemente fixada.

O limite máximo da carga não deve exceder 20 quilogramas (líquidos) para o grupo 1.º, e 2 quilogramas para o grupo 2.º

Artigo 68.º Os caixotes contendo fulminantes devem ter a indicação «Fulminantes» além da de «Explosivos». Os detonadores, grupo 2.º, devem ser afastados de quaisquer outros explosivos, inclusive os do grupo 1.º, da mesma categoria.

Artigo 69.º Os limites de peso indicados nos artigos anteriores para os explosivos e fulminantes, categorias I, II, III e IV, não se aplicam aos transportes feitos em navios mercantes por conta das autoridades militares, os quais serão feitos conforme as suas indicações. O transporte de fulminato de mercúrio não contido em cápsulas (categoria IV-bis) só pode ser feito por conta das autoridades militares.

b) Inflamáveis

Artigo 70.º As substâncias inflamáveis da categoria I devem ser transportadas em recipientes de vidro revestidos de vime, em recipientes metálicos soldados ou em sólidos barris. Os recipientes devem conservar-se em bom estado e vedar perfeitamente.

O petróleo e os óleos combustíveis podem ser transportados em navios-cisternas de construção apropriada para o transporte de cargas líquidas.

Artigo 73.º Todas as embalagens de substâncias inflamáveis, com excepção dos palitos fosfóricos (fósforos), devem ter marcada em caracteres visíveis a palavra «Inflamável».

Quando se trate de recipientes frágeis, os materiais empregados no involucro de protecção devem ter sido embebidos em uma solução de cloreto de cálcio ou outra substância que impeça a sua inflamação em contacto directo com uma chama.

Classificação das substâncias perigosas de que trata o decreto n.º 14:029, de 2 de Agosto de 1927

I

Substâncias perigosas propriamente ditas

a) Substâncias explosivas

I — Cartuchame com involucro metálico para armas portáteis e munições escorvadas.

II — Explosivos que se conservam molhados.

III — Explosivos em massa ou em munições escorvadas.

IV — Fulminantes.

IV-bis — Fulminantes:

Fulminato de mercúrio em água (transporte reservado exclusivamente às autoridades militares).

IV-ter — Fulminantes extremamente sensíveis ao choque:

Nitro-glicerina, picratos explosivos ao choque, fulminatos de prata e de ouro (o seu transporte não é admitido em caso algum).

b) Substâncias inflamáveis

I — Líquidos que emitem vapores inflamáveis a temperaturas superiores a 21º C.

II — Líquidos que emitem vapores inflamáveis a temperaturas inferiores a 21º C.

III — Substâncias sólidas facilmente inflamáveis.

IV — Substâncias susceptíveis de inflamação espontânea ou que ardem vivamente quando inflamadas.

Portaria n.º 7:113

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, aprovar o Convénio celebrado em 17 de Janeiro do corrente ano entre este Ministério e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses para regular as taxas e condições dos transportes efectuados por conta do Ministério da Guerra.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1931.—O Ministro da Guerra, *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*.

Convénio celebrado entre o Ministério da Guerra e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses para regular as taxas e condições dos transportes efectuados por conta do Ministério da Guerra.

O Ministério da Guerra e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, adiante designados simplesmente pelas palavras «Ministério» e «Companhia» respectiva-

mente, reconhecendo a necessidade de actualizar e regular as taxas e condições de transportes effectuados por conta do mesmo Ministério ou dos seus estabelecimentos produtores, mormente depois que o Estado, por contrato de 11 de Março de 1927, arrendou à Companhia a exploração das linhas do Sul e Sueste e do Minho e Douro, acordam nas seguintes cláusulas:

I

Transportes do Ministério

A

Na antiga rede da Companhia

1.º

Os transportes de militares, solípedes do exército, tropas e material de guerra, em serviço público, far-se-hão nos termos dos artigos 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º e 127.º da tarifa geral vigente, com as alterações, esclarecimentos e novas concessões que constam dos números seguintes:

2.º

Para efeitos do artigo 127.º da tarifa geral são considerados como material de guerra todos os artigos como tal classificados no decreto n.º 18:494, de 20 de Junho de 1930, publicado no *Diário do Governo* n.º 141, 1.ª série, da mesma data, e que aqui se dão como reproduzidos, mas apenas quando esses artigos acompanhem, de procedência a destino, as tropas a que pertencem e que com elles viajem no mesmo combóio ou em combóios fraccionados da mesma procedência e para o mesmo destino, entendendo-se como a mesma procedência ou o mesmo destino qualquer das estações que sirvam a mesma localidade.

Neste caso, o Ministério fará nas respectivas requisições a menção seguinte:

«Material de guerra que acompanha as tropas».

§ único. A Companhia mantém a gratuidade no transporte do parque de sapadores de caminhos de ferro, quando em exercicio nas linhas de cintura e urbana, conforme consta dos contratos de concessão de exploração destas linhas.

3.º

Se o material de guerra a transportar fôr desacompanhado de tropas, só gozará da redução de 50 por cento, e nos termos e condições da tarifa geral, o que estiver incluído na relação n.º 1 junta a este Convénio, ficando, pois, excluídos do benefício daquela redução, quando desacompanhados, os artigos que constam da relação n.º 2, também junta, e que, como a anterior relação, vai assinada pelas duas partes contratantes.

Neste caso (material desacompanhado de tropas) as requisições designarão o material sempre pelos termos empregados nas referidas relações, esclarecendo-o, se fôr possível, com os termos vulgarmente usados no comércio.

4.º

Gozará ainda da mesma redução de 50 por cento, e nos termos e condições da tarifa geral, o transporte de material, desacompanhado de tropas, que seja parte componente, carga ou acessório do indicado na relação n.º 1, desde que a autoridade requisitante declare na respectiva requisição o seguinte:

«Material de guerra (parte componente, carga ou acessório) de ... (designação empregada na relação n.º 1)».

5.º

A Companhia mantém, durante a vigência deste Convénio, as reduções que, por concessão especial, confere actualmente a oficiais e praças nas diferentes situações do activo, reserva ou reforma, nas suas viagens de carácter particular, a saber:

a) Officiais do exército em serviço activo ou inválidos de guerra excepcionalmente portadores de bilhetes de identidade iguais aos do activo serviço — 75 por cento em 1.ª classe sobre os preços da tarifa geral;

b) Officiais do exército na situação de reserva, reforma e licença ilimitada ou inválidos de guerra quando portadores de bilhetes de identidade iguais aos dos reformados — 50 por cento em 1.ª classe sobre os preços da tarifa geral;

c) Juizes do Supremo Tribunal de Justiça Militar e juizes auditores dos tribunais militares territoriais quando portadores de bilhetes de identidade iguais aos dos oficiais em serviço activo — 75 por cento em 1.ª classe sobre os preços da tarifa geral;

d) Aspirantes a oficiais do exército quando portadores dos respectivos bilhetes de identidade — 50 por cento em 1.ª classe sobre os preços da tarifa geral;

e) Sargentos e furriéis em serviço activo quando portadores dos respectivos bilhetes de identidade — 50 por cento em 2.ª classe sobre os preços da tarifa geral.

f) Redução de 50 por cento sobre os preços do artigo 2.º da tarifa especial n.º 14 de grande velocidade aos oficiais que residem em Lisboa e prestem serviço nos aquartelamentos que existem nos arredores de Lisboa, sendo o bilhete fornecido para a estação que figura, na citada tarifa, como *terminus* da zona que sirva a localidade onde o oficial preste serviço.

§ único. O Ministério e a Companhia acordarão sobre os documentos individuais necessários para efectivação destas concessões se, em qualquer época, qualquer das partes reconhecer vantagem em alterar ou substituir os actuais.

B

Nas linhas do Sul e Sueste e do Minho e Douro

6.º

As duas partes acordam em que o assunto está perfeitamente regulado nos artigos 134.º a 136.º (inclusive) da tarifa geral vigente, dando, pois, a Companhia a redução de 50 por cento sobre a tarifa geral aos transportes de quaisquer passageiros, animais ou materiais que o Ministério solicite por meio de requisições.

7.º

A Companhia mantém nestas linhas e nas mesmas condições as concessões nas viagens de carácter particular a que se refere o n.º 5.º do presente convénio, excepção, porém, do que respeita a bilhetes de assinatura.

II

Transportes dos estabelecimentos produtores dependentes do Ministério

A

Na antiga rede da Companhia

8.º

A Companhia admite requisições com o título do estabelecimento produtor e aplicará ao transporte, em serviço público, dos militares, solípedes do exército e ma-

terial de guerra, do estabelecimento produtor e daquele que dêle proceda ou se lhe destine para reparação ou substituição, a doutrina dos artigos 122.º a 127.º (inclusive) da tarifa geral, desde que essas requisições e respectivas declarações de expedição mencionem a indicação «Por conta do Estado», autenticada com o selo branco do estabelecimento, a assinatura do director ou de quem para tal tenha competência.

9.º

Na aplicação do artigo 127.º, os estabelecimentos produtores seguirão, no que respeita ao seu material de guerra, as normas agora combinadas com o Ministério nos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º d'êste Convénio.

10.º

Na antiga rede da Companhia, as concessões ou reduções no transporte de passageiros, animais ou materiais pertencentes aos estabelecimentos produtores são apenas as referidas no n.º 8.º e, pelo que respeita a viagens de carácter particular, as referidas no n.º 5.º

B

Nas linhas do Sul e Sueste e do Minho e Douro

11.º

A Companhia admite requisições com o título do estabelecimento produtor e aplicará ao transporte de quaisquer passageiros, animais ou materiais d'êste estabelecimento a doutrina dos artigos 134.º a 136.º (inclusive) da tarifa geral, desde que nelas e nas respectivas declarações de expedição se faça a menção «Por conta do Estado», autenticada com o selo branco do estabelecimento, a assinatura do director ou de quem para tal tenha competência.

12.º

A Companhia mantém nestas linhas, para os oficiais e praças dos estabelecimentos produtores, e nas mesmas condições, as concessões nas viagens de carácter particular a que se refere o n.º 5.º do presente Convénio, excepção porém no que respeita a bilhetes de assinatura.

III

Disposições gerais e comuns a toda a rede explorada pela Companhia

13.º

A menção «Por conta do Estado» nunca poderá ser feita nas requisições e declarações de expedição relativas a remessas que procedam ou sejam consignadas a particulares ou a entidades comerciais ou industriais, ainda que essas remessas, respectivamente, sejam consignadas ou procedam dos estabelecimentos produtores.

14.º

As reduções previstas neste Convénio não abrangem ás despesas devidas por qualquer capítulo da tarifa de despesas acessórias e incidem exclusivamente sobre o preço do transporte, propriamente dito, segundo as respectivas bases da tarifa geral.

15.º

A Companhia applicará de officio ao transporte das mercadorias do Ministério ou dos seus estabelecimentos produtores as tarifas especiais em vigor quando o preço

destas, por inteiro, seja mais barato que o preço da tarifa geral com 50 por cento de redução e desde que o requisitante cumpra as condições de applicação dessas tarifas.

Neste caso, o preço e pagamento serão por inteiro, excepto no transporte de substâncias explosivas, que, quando requisitado pelo Ministério ou por sua conta, gozará da redução de 50 por cento sobre a tarifa especial applicável.

16.º

A Companhia reconhece ao Ministério e seus estabelecimentos produtores o direito que lhes assiste de classificar ou não como «De serviço» ou «Por conta do Estado» qualquer transporte de militares para quem requisitem viagens de interesse público.

Não são, porém, classificadas como de serviço as viagens para gozo de licença registada, de licença de favor e por transferências a pedido.

§ único. Fica entendido que os licenciamentos previstos pela organização do exército e regulamento dos serviços de recrutamento ou por qualquer outra disposição legal, bem como as licenças da junta concedidas para localidades expressamente indicadas pela junta hospitalar quando confirmadas pelo Ministério da Guerra, não são considerados como licenças registadas ou de favor a que alude êste artigo.

17.º

O Ministério e a Companhia acordam no tipo de modelo junto a êste Convénio para ser utilizado nas suas requisições de transporte, e ambas as partes darão instruções aos seus subordinados para que elas sejam completa e claramente preenchidas de forma que não possa haver dúvidas sobre a applicação da tarifa geral e das concessões e cláusulas d'êste Convénio.

§ único. A Companhia enviará ao Ministério um exemplar das suas instruções e reciprocamente o Ministério à Companhia.

18.º

Na applicação do artigo 125.º da tarifa geral a Companhia compromete-se a dar seguimento aos solpedes isolados ou aos grupos de seis ou doze e mediante aviso de vinte e quatro horas, pelos primeiros combóios de passageiros ou de mercadorias, conforme o caso, respeitando sempre os prazos de transporte indicados na tarifa geral.

19.º

A Companhia aceitará ainda requisições nos termos do artigo 122.º da tarifa geral, relativas a quaisquer outros transportes não incluídos nas beneficiações d'êste Convénio e a que corresponda o pagamento por inteiro das respectivas tarifas, os quais serão levados, sem redução alguma, em conta corrente do Ministério ou dos estabelecimentos produtores.

20.º

O Ministério reconhece o direito que assiste à Companhia de exercer a sua fiscalização por exame directo, quer nas bilheteiras, quer em trânsito, sobre os bilhetes de identidade, requisições de transporte, guias ou documentos equivalentes, e dará as instruções necessárias para que os seus portadores comprovem sempre, mesmo quando fardados, o direito à redução.

§ único. Aos oficiais uniformizados em trânsito é porém dispensada a apresentação daqueles documentos, ficando obrigados apenas a apresentação do bilhete de passagem fornecido pela Companhia.

21.º

A Companhia apresentará na repartição respectiva do Ministério as contas, requisições ou documentos comprovativos dos transportes, incluindo os relativos aos transportes que os estabelecimentos produtores tenham solicitado por conta do Estado, para efeitos do pagamento total e liquidação, tanto no que respeita a passageiros como a mercadorias, conforme se acha determinado nos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do decreto n.º 8:023, de 4 de Fevereiro de 1922.

A liquidação das restantes contas com os estabelecimentos produtores será feita directamente com os estabelecimentos e seguirá, quanto a prazos de pagamento, as mesmas normas, salvo aviso em contrário da Companhia.

Quaisquer diferenças encontradas nas contas apresentadas serão imediatamente estudadas e resolvidas e abattidas ou aumentadas na primeira conta que a Companhia enviar.

22.º

As remessas que numa só expedição transitarem pela antiga rede e pelas linhas arrendadas aplicar-se há a redução que corresponda ao percurso em cada rede. Assim, e atendendo a que as concessões nas linhas arrendadas são mais extensas que na antiga rede:

a) Se a remessa procede da antiga rede, com redução de 50 por cento, terá idêntica redução nas linhas arrendadas;

b) Se a remessa procede da antiga rede, sem redução, não deixará de ter nas linhas arrendadas a redução que lhe corresponda;

c) Se a remessa procede das linhas arrendadas e a requisição apresenta a menção de «Por conta do Estado», só terá redução na antiga rede se se tratar de militares, solípedes do exército ou material de guerra.

23.º

Os estabelecimentos produtores do Ministério fornecerão, dentro das suas possibilidades, mediante requisições assinadas pelo director geral da Companhia ou por quem para tal tenha competência, aqueles dos seus produtos e artigos de venda que possam ser necessários à exploração de caminhos de ferro e ao pessoal da Companhia, se os preços e qualidades convierem.

24.º

Este Convénio não impede a celebração de qualquer futuro contrato entre o Ministério e a Companhia ou entre os estabelecimentos produtores e a Companhia, visando à simplificação, uniformidade e amplificação de reduções sobre tarifas de transporte, mediante concessões mútuas entre as entidades acima mencionadas, especialmente no que respeita à simplificação do processo de taxas no caso de material de guerra acompanhando tropas.

25.º

As questões que se suscitarem na execução, interpretação ou aplicação deste Convénio serão resolvidas por um tribunal arbitral constituído por três membros, sendo um nomeado pelo Ministério, outro pela Companhia e o terceiro escolhido por acôrdo das duas partes. Na falta deste acôrdo, será o terceiro árbitro nomeado pelo Supremo Tribunal de Justiça.

26.º

De cinco em cinco anos poderão ser revistas, e a pedido de qualquer das partes, as relações do material anexas a este Convénio.

27.º

O presente Convénio anula e substitui, para todos os efeitos, o antigo contrato n.º 907, datado de 2 de Maio de 1896, e considerar-se há em vigor desde a data da sua assinatura até que uma das partes o denuncie por escrito, com seis meses de antecedência, sem exigência de quaisquer outras formalidades para que a sua aplicação cesse, decorridos os seis meses contados da data da denúncia.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1931.—O Delegado do Ministério da Guerra, nomeado por portaria de 27 de Setembro de 1930, publicada no *Diário do Govêrno* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro corrente, *Adolfo César Pina*, general.—Pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sociedade anónima, estatutos de 30 de Novembro de 1894, os Membros da Comissão Administrativa: *R. Ulrich* — *A. Vasconcelos*.

Relação n.º 1 a que se refere o n.º 3 do Convénio entre o Ministério da Guerra e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses datado de 17 de Janeiro de 1931.

I

Armamento

Carros de combate, bôcas de fogo de todos os calibres, metralhadoras, espingardas, carabinas, pistolas, revólveres, sabres-baionetas, espadas, lanças e floretes.

II

Munições e explosivos

Munições para bôcas de fogo e para armamento portátil; granadas de mão, de espingardas e bombas; artificios de guerra, pólvoras e explosivos; torpedos aéreos, marítimos ou fluviais.

III

Equipamentos, arreios, instrumentos músicos e metais

Equipamentos individuais para homens e solípedes das tropas de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia, aeronáutica e serviços administrativos; arreios para solípedes de todas as armas e serviços; equipamentos individuais para o serviço sanitário, incluindo bôlsas e mochilas de pensos; bôlsas de médico, bôlsas de maqueiro e de enfermeiro; equipamentos individuais para o serviço veterinário, de enfermeiro hípico e bôlsas de ferrador; esporas e capacetes de campanha; instrumentos músicos das bandas regimentais, tambores, cornetas, clarins e requintas.

IV

Material diverso

Aviões, balões e dirigíveis; ferramentas portáteis das tropas de infantaria, cavalaria e engenharia; material de camoflagem; aparelhos de lança-chamas, fumos e gases; material para pombos-correios, material de transmissões a dorso; material de observação e reconhecimento a dorso, incluindo o material topográfico e fotográfico; bandeiras e lanternas; tendas e barracas de campanha; oficinas para artífices.

V

Viaturas e meios de transporte

Carros de espingardas-metralhadoras, carros de ferrolha, carros de munições e explosivos, carros de bata-

ria e forjas de campanha; viaturas técnicas para o serviço de sapadores de caminhos de ferro, viaturas técnicas para o serviço de pontoneiros, viaturas técnicas para o serviço de sapadores e mineiros, viaturas técnicas para o serviço telegráfico, telefónico e de projectores; viaturas do material de transmissões; carros de material anti-gás, automóveis para transporte de pessoal, camiões, carros-officinas do serviço automóvel; motocicletas, bicicletas, tricicletas; carros oficinas e de pronto socorro para o serviço aeronáutico; carros amassadores, padarias e fornos rodados; carros para transporte de pão, carros do parque de reses, carros de carne, cozinhas rodadas e caixas-cozinhas; carros da água, carros de bagagens e víveres; viaturas sanitárias para o transporte de pessoal, incluindo as hipomóveis e automóveis para transporte de feridos; carros de farmácia e cirurgia, carros-laboratórios e auto-ambulâncias; carros-estufas de desinfecção; viaturas para o serviço veterinário e carros de material siderotécnico; carros hipomóveis para transporte de pessoal, carros de pagadoria e carros para o serviço postal.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1931.—O Delegado do Ministério da Guerra, nomeado por portaria de 27 de Setembro de 1930, publicado no *Diário do Governo* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro corrente, *Adolfo César Pina*, general.—Pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sociedade anónima, estatutos de 30 de Novembro de 1894, os Membros da Comissão Executiva, *R. Ulrich*—*A. Vasconcelos*.

Relação n.º 2 a que se refere o n.º 3 do Convénio entre o Ministério da Guerra e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses datado de 17 de Janeiro de 1931.

I

Armamento

Artigos para serviço do armamento e instrumentos e artigos para a sua verificação.

II

Munições e explosivos

Artigos para fabrico de munições e explosivos. Instrumentos e artigos para a sua verificação e análise.

III

Equipamento, fardamento, arreios e metais

Artigos para uniformes. Fardamento e calçado. Fatos de voo. Artigos e material para manufactura de instrumentos músicos.

IV

Material diverso

Aparelhos para experiências balísticas e seus acessórios, máquinas-ferramentas, máquinas e acessórios de máquinas. Material de navegação. Artigos sanitários para aplicação, utensílios e agentes terapêuticos, filtros e pensos. Material de toda a espécie com operações iniciais ou sem tais operações destinado ao fabrico e conserto das diversas espécies de material para o exército; artigos para aplicar à manufactura e fabrico do mesmo material. Artigos para manufactura de instrumentos bélicos,

Artigos de consumo nos bivaques. Material de laboratório e oficinas electrotécnicas; combustíveis, lubrificantes, massas e artigos para a conservação de material. Material para avaliação de distâncias e artigos para desenho. Material para instrução de esgrima, tiro, equitação e ginástica e material de picaria. Material para manobras de força, para embarque de artilharia, gado e diverso material. Material para serviço de construção de fortificações. Material para plataformas. Material para oficinas pirotécnicas. Material e utensílios para arquivos e secretarias. Aparelhos para mensurações antropométricas.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1931.—O delegado do Ministério da Guerra, nomeado por portaria de 27 de Setembro de 1930, publicada no *Diário do Governo*, n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro corrente, *Adolfo César Pina*, general.—Pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sociedade anónima, estatutos de 30 de Novembro de 1894, os membros da Comissão Executiva: *R. Ulrich*—*A. Vasconcelos*.

Instruções para o preenchimento das requisições para o transporte do pessoal

(a) Secretaria geral, direcção geral, administração, governo civil, administração do concelho, unidade, estabelecimento, repartição, etc., que requisita o transporte.

(b) Indicação de forças separadas das unidades a que pertencem.

(c) Companhia ou direcção à qual se requisita.

(d) Designação da classe.

(e) Pessoal a que se refere a requisição; categorias e e nomes, sendo funcionários civis.

(f) Natureza do serviço que vai ou foi desempenhar e motivo que deu origem ao fornecimento do respectivo transporte.

(g) Quantos lugares de cada classe.

(h) Assinatura completa e por extenso de quem requisita e selo branco respectivo, devendo no caso de o não possuir observar-se o que preceitua o § 2.º do artigo 21.º do regulamento sobre administração de transportes militares em tempo de paz, de 1930.

(i) Para ser preenchido na estação que fornece o transporte.

Deve atender-se ao seguinte:

1.º Quando a requisição for para oficiais ou sargentos que marchem isolados, deve, em seguida ao posto, indicar-se o nome por extenso, e quando for qualquer outra praça, em seguida ao posto indicar-se há o número, companhia, bateria ou esquadrão e número de matrícula;

2.º Quando for para forças devidamente comandadas deverá indicar-se o posto e o nome do respectivo comandante e, em seguida, por extenso, o número de indivíduos de cada classe que compõem as referidas forças;

3.º Nas requisições de transporte de famílias de oficiais, aspirante a oficial, sargentos e equiparados, praças do quadro permanente e pessoal de que trata o n.º 7.º do regulamento deve indicar-se a *Ordem do Exército* ou determinação que motivou a marcha do funcionário;

4.º Nas requisições que compreenderem filhos serão as idades destes indicadas claramente por anos completos, e no preenchimento da alínea g) serão designados por bilhetes ou meios bilhetes os lugares requisitados, conforme a idade for superior a dez anos ou de quatro a dez anos;

5.º Quando se tratar de licenças concedidas pelas juntas hospitalares de inspecção, nos casos dos n.ºs 3.º e

4.º do artigo 14.º do regulamento de transportes, mencionar-se há, além do motivo por que é fornecido o transporte, a data da sessão da junta que arbitrou a licença;

6.º Quando o transporte fôr fornecido nos termos do artigo 15.º do mesmo regulamento, deve mencionar-se a nota da 3.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra que autorizou o mesmo transporte;

7.º Quando na localidade a que se destina o indivíduo a quem é fornecido o transporte não houver estação de caminhos de ferro, será o transporte requisitado para a estação mais próxima da referida localidade;

8.º Quando as requisições forem conferidas isoladamente a impedidos ou tratadores, nos termos do n.º 26.º do artigo 14.º do mencionado regulamento, deve declarar se, além do nome do official ou aspirante a official, o motivo de serviço ou a ordem que determinou o fornecimento do transporte;

9.º Quando se trate dum transporte de desertor, nas condições previstas no n.º 1.º do já citado artigo 14.º; deve indicar-se claramente essa circunstância, bem como o nome, número da respectiva praça e unidade a que pertence;

10.º As requisições de transporte de pessoal pertencente aos estabelecimentos produtores do Ministério da Guerra consideradas como serviço público devem sempre mencionar a seguinte indicação: «Por conta do Estado»;

11.º As requisições de transporte de pessoal nas condições do número anterior devem ser preenchidas de harmonia com as normas estabelecidas nestas instruções;

12.º Qualquer emenda ou rasura deve ser ressalvada por extenso;

13.º Nos termos do artigo 41.º do regulamento de transportes, importa para a entidade que subscreva qualquer requisição a responsabilidade pecuniária quando a mesma não tiver sido preenchida de harmonia com estas instruções.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1931.—O Delegado do Ministério da Guerra, nomeado por portaria de 27 de Setembro de 1930, publicada no *Diário do Governo* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro corrente, *Adolfo César Pina*, general.—Pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, os membros da Comissão Executiva, *R. Ulrich* — *J. P. Vasconcelos*.

Instruções para o preenchimento das requisições para o transporte de material

a) Unidade, estabelecimento ou repartição que requisita o transporte;

b) Indicação de forças separadas das unidades a que pertencem;

c) Companhia ou empresa a que se requisita;

d) Grande ou pequena velocidade;

e) Designação do número de volumes e da qualidade dos artigos neles contidos;

f) Autoridade a quem é dirigida a remessa, o motivo e autorização que deu origem ao referido transporte;

g) Assinatura de quem requisita o transporte e selo da unidade, devendo, no caso de não o possuir, observar-se o que preceitua o § 2.º do artigo 21.º do regulamento sobre a administração dos transportes militares em tempo de paz, de 1930;

h) Para ser preenchido na estação que fornece o transporte.

Deve atender-se ao seguinte:

1.º As remessas com o peso excedente a 10 quilogramas devem ser despachadas em pequena velocidade, e

quando por ordem superior fôr alterada de pequena para grande velocidade, em que as mesmas remessas devem ser expedidas, declarar-se há nas requisições a ordem que determinou a alteração;

2.º Os solípedes são considerados material e a requisição do seu transporte é feita neste modelo e em pequena velocidade, não obstante serem transportados nos combóios ordinárias de grande velocidade, caso haja prevenção com vinte e quatro horas de antecedência da partida destes combóios, devendo a sua distribuição pelos vagões ser efectuada embarcando, pelo menos, seis solípedes em cada um;

3.º Nos combóios ordinários de grande velocidade só pode seguir um vagão com solípedes e nos de mercadorias dois vagões com doze solípedes, salvo concessão especial das direcções ou companhias permitindo o excesso destes números, sendo para ambos os casos prevenida a estação de partida com a antecedência de vinte e quatro horas e devendo o pessoal que acompanhar os solípedes coadjuvar os empregados da estação no serviço de embarque e desembarque;

4.º Quando se requisição o transporte de materiais para a execução de obras, deve indicar-se a obra a que os mesmos materiais se destinam;

5.º Quando se requisição o transporte de viaturas que devam ou não acompanhar as forças embarcadas em quaisquer combóios, deve indicar-se o número de vagões necessários para o seu transporte, sendo as de quatro rodas consideradas como uma só viatura, embora para facilidade e condução ou acondicionamento no vagão sejam separáveis em dois jogos (dianteiro e trazeiro) com duas rodas cada um;

6.º Nas requisições de transporte de material de guerra, para os efeitos do artigo 127.º da tarifa geral em vigor, devem observar-se rigorosamente as nomenclaturas constantes das relações n.ºs 1 e 2 do anexo n.º 3, apenso ao regulamento de transportes, conforme se trate de material de guerra transportado isoladamente ou acompanhado de tropas.

Neste último caso deverá fazer-se nas respectivas requisições a menção seguinte: «Material de guerra que acompanha tropas».

Para este fim é necessário que os artigos acompanhem da procedência ao destino as tropas a que pertencem e que com elas viajem no mesmo combóio ou em combóios fraccionados da mesma procedência e para o mesmo destino, entendendo-se como a mesma procedência ou o mesmo destino qualquer das estações que sirvam a mesma localidade.

Se o material de guerra a transportar fôr desacompanhado de tropas, as requisições designarão o material sempre pelos termos empregados nas relações n.ºs 1 e 2 já referidas, esclarecendo-o, tanto quanto possível, com os termos usados na classificação da tarifa geral em vigor.

Tratando-se de um transporte de material desacompanhado de tropas, que seja parte componente, carga ou acessórios do indicado na relação n.º 1 constante do anexo 3.º, deve declarar-se nas requisições o seguinte: «Material de guerra (parte componente, carga ou acessórios) de... (designação empregada na relação n.º 1)».

7.º As requisições para transporte de matérias explosivas devem ser sempre feitas em pequena velocidade, de harmonia com o regulamento de substâncias explosivas, decreto n.º 14:029, de 2 de Agosto de 1927, e capítulos 1.º e 2.º da tarifa especial n.º 1, em pequena velocidade, de 1926.

8.º Como o englobamento de mercadorias diversas numa só requisição pode originar a aplicação de taxas superiores àquelas que corresponderiam a cada uma isoladamente, será o transporte de material pedido em re-

quisições distintas, devendo ser agrupado nestas como seguidamente se prescreve:

Material desacompanhado de tropas	Material sob a designação: «Material de guerra acompanhado de tropas»
(1) Armamento;	(1) Armamento;
(2) Munições e explosivos (granadas carregadas, requisição especial);	(2) Munições e explosivos (granadas carregadas, requisição distinta);
(3) Equipamento e arreios;	(3) Equipamentos, fardamentos e arreios;
(4) Instrumentos musicos e metais;	(4) Metais e instrumentos musicos;
(5) Material diverso (uma requisição para cada um dos artigos constantes das relações n.ºs 1 e 2 transcritas no anexo n.º 3);	(5) Material diverso (uma requisição para cada um dos artigos constantes da nomenclatura indicada no decreto n.º 18:494, de 20 de Junho de 1930);
(6) Viaturas e meios de transporte;	(6) Viaturas e meios de transporte.
(7) Mobília e utensílios;	
(8) Fardamento;	
(9) Caixas de cartuchos;	
(10) Medicamentos;	
(11) Taras vazias (quando usadas, requisição distinta).	

9.º As notas de expedição devem ser preenchidas em conformidade com as requisições, devendo ter-se em atenção o que dispõem os artigos 23.º e 43.º do regulamento de transportes em vigor, e bem assim os artigos 61.º e 63.º da tarifa geral para transportes em grande e pequena velocidade, de 1926.

10.º As requisições de transporte de material ou animal pertencentes aos estabelecimentos produtores do Ministério da Guerra consideradas como serviço público devem sempre mencionar a seguinte indicação: «Por conta do Estado».

11.º As requisições de transporte de material nas condições do número anterior devem ser preenchidas de harmonia com as normas estabelecidas nestas instruções.

12.º Qualquer emenda ou rasura deve ser ressalvada por extenso.

13.º No caso de resultar para o Estado qualquer prejuizo do facto de as requisições não terem sido preenchidas em conformidade com estas instruções, cabe à entidade que as subscreveu a respectiva responsabilidade pecuniária, sem embargo de qualquer outro procedimento que as circunstâncias aconselhem.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1931.—O Delegado do Ministério da Guerra, nomeado por portaria de 27 de Setembro de 1930, publicada no *Diário do Governo* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro corrente, *Adolfo César Pina*, general.—Pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sociedade anónima, estatutos de 30 de Novembro de 1894, os Membros da Comissão Executiva: *R. Ulrich*—*A. Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

Decreto n.º 19:769

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Mi-

nistros de todas as Repartições: hei por-bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Negócios Comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros a aplicar às despesas do desenvolvimento dos seus serviços de propaganda e informações as receitas arrecadadas provenientes de assinaturas, publicidade e subsídios de quaisquer entidades que queiram contribuir para uma maior intensificação desses serviços o venda de publicações.

Art. 2.º No decurso de cada ano económico poderão ser abertos, para o fim mencionado no artigo precedente, créditos não excedentes às importâncias entregues nos cofres públicos, provenientes das referidas receitas, para reforço da verba consignada no orçamento àquela publicidade e propaganda.

Art. 3.º No orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o corrente ano económico de 1930-1931 é adicionada, no capítulo 4.º do artigo 31.º, à verba 1), «Publicidade e propaganda», a quantia de 70.000\$, já entregue nos cofres públicos, proveniente de receitas de que trata o artigo 1.º do presente decreto com força de lei, increvendo-se concorrente importância no capítulo 4.º do artigo 74.º do Orçamento geral das receitas do Estado relativo ao mesmo ano económico, «Diversas receitas não classificadas».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 26 de Maio de 1931.—*ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA*—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Julio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Decreto n.º 19:770

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros do Comércio e Comunicações e das Finanças: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Fica isento do pagamento das taxas de acostagem e reboque devidas à Administração Geral do Pôrto de Lisboa o navio de guerra inglês *Kent*, que veio a Lisboa para conduzir ao seu país Suas Altezas os Príncipes de Gales e Jorge.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Comércio e Comunicações e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1931.—*ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA*—*António de Oliveira Salazar*—*João Antunes Guimarães*.